

Sumário

Número de notícias: 22 | Número de veículos: 14

CORREIO BRAZILIENSE - DF - NEGÓCIOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Arrecadação federal mantém ritmo de alta 3

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Simplex vira alvo de disputa entre Afif e Receita Federal 4

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Receita projeta arrecadação recorde no ano 5

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
SERVIDOR PÚBLICO

Trégua com os servidores 6

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
SERVIDOR PÚBLICO

Após chamar de 'parasitas', Guedes diz que nunca ofendeu servidores 9

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
SERVIDOR PÚBLICO

Guedes diz que país vai crescer mais de 5% este ano e faz defesa de auxílio 10

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
SERVIDOR PÚBLICO

Responsabilidade fiscal e coesão partidária - RICARDO MENDONÇA 11

CORREIO BRAZILIENSE - DF - CIDADES
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Ibaneis Rocha apresenta pacote para aquecer a economia do DF 12

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

PEC trava Judiciário e transforma Brasil em país caloteiro, diz membro da OAB 15

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Arrecadação federal interrompe em outubro sequência de recordes 18

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Bolsonaro nega drible na LRF 19

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Ausência de rumos nas mudanças em combustíveis (Artigo) 20

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
ECONOMIA

"A PEC é uma coisa desastrosa" 21

CORREIO BRAZILIENSE - DF - BRASIL
ECONOMIA

Na rota da transformação digital 23

CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO
ECONOMIA

PEC incentiva irresponsabilidade (Editorial) 24

Quinta-Feira, 25 de Novembro de 2021

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - OPINIÃO
ECONOMIA

Por uma política social sólida (Editorial) 25

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA

Juros e inflação em alta elevam custo da dívida pública 26

O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES
ECONOMIA

Aqui jaz a responsabilidade fiscal (Editorial) 28

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
ECONOMIA

Governo tenta acelerar, mas PEC dos Precatórios pode ficar para dezembro 30

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
ECONOMIA

Auxílio: relator desiste de reajuste automático 31

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Preço dos combustíveis deve continuar pressionado em 2022 32

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
ECONOMIA

Política fiscal à deriva exige missão impossível do BC (Editorial) 33

Arrecadação federal mantém ritmo de alta



Assinatura

A arrecadação de **tributos** federais manteve a tendência de alta, em outubro, alcançando o valor de R\$ 178,74 bilhões. O montante é 4,92% maior, em termos reais, do que o registrado no mesmo mês do ano passado, ou seja, descontando a **inflação** pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). O resultado foi o segundo maior para o mês desde 2016, conforme série da **Receita Federal** corrigida pela **inflação**. Em relação a setembro, houve alta real de 18,04%.

Conforme os dados divulgados pela **Receita Federal**, de janeiro a outubro de 2021, a arrecadação alcançou R\$ 1,53 trilhão, representando um acréscimo real de 20,06%, descontado o IPCA, na comparação com o mesmo período do ano passado. Foi o melhor desempenho para o período desde 2000.

De acordo com a Receita, o resultado pode ser explicado, principalmente, por fatores não recorrentes que turbinaram as receitas, como recolhimentos extraordinários de, aproximadamente, de R\$ 5 bilhões, em outubro, e de R\$ 36 bilhões, nos 10 primeiros meses do ano, do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL).

Segundo o mestre em economia pela Universidade Federal de Uberlândia Benito Salomão, o que está ajudando a alta da arrecadação é, em grande medida, a reabertura de vários setores. "No segundo semestre, você já tem o avanço da vacinação em grande parte do território nacional, tem mais de 60% de pessoas vacinadas com a segunda dose. Então, vários serviços

que estavam fechados, como cinemas, teatros, shows, festas, etc, voltaram a funcionar, e isso repercute na arrecadação", explicou.

O economista diz que outro fator que tem ajudado muito a arrecadação a se expandir no Brasil, é a **inflação**. "A **inflação** ajuda a aumentar a arrecadação do governo pelo que os economistas chamam de imposto inflacionário. Por exemplo, se o governo cobra 10% sobre um combustível que custa R\$ 5,00 o litro, a arrecadação é R\$ 0,50, mas, se a gasolina vai para R\$ 6,00 o litro, a receita passa para R\$ 0,60", explicou.

Outra ajuda importante, em outubro, de acordo com a Receita, veio do Imposto sobre Operações Financeiras. A arrecadação do tributo foi de R\$ 4,85 bilhões, representando acréscimo real de 350,53% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Esse resultado é explicado pela restauração da tributação das operações de crédito em 2021, cuja alíquota se encontrava reduzida a zero no ano passado. Além disso, a arrecadação de outubro de 2021 foi impactada pelo Decreto 10.797/21 que elevou, temporariamente, até 31/12/21, as alíquotas aplicáveis nas operações de crédito de pessoas físicas e jurídicas.

Simplex vira alvo de disputa entre Afif e Receita Federal

Lu Aiko Otta

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187072?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187072?page=1§ion=1

Receita projeta arrecadação recorde no ano

Lu Aiko Otta e Fabio Graner

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187072?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187072?page=1§ion=1

Trégua com os servidores



TAINÁ ANDRADE

Em evento interno do Ministério da Economia, o ministro Paulo Guedes tentou melhorar a relação com os **servidores públicos**. Apesar de explicar, à sua maneira, os episódios nos quais foi criticado por xingar a categoria e amenizar a antipatia ocasionada por ele com elogios aos serviços dos colaboradores de sua pasta, ele voltou a defender a reforma administrativa.

O ministro tem retomado o assunto insistentemente. A proposta passou por Comissão Especial, mas está emperrada na Câmara dos Deputados. Precisa ser aprovada no plenário das duas Casas do Congresso. Nas palavras de Guedes, a reforma administrativa é uma tentativa de trazer "modernização, digitalização, maior produtividade e trabalhar com meritocracia" dentro do segmento. Ele pediu apoio à plateia que o assistia, formada por servidores.

"Agora não é só fazer um concurso público e ganhar estabilidade. Você vai fazer um concurso público e será avaliado em sua integridade, na prestação de serviço, na assiduidade, na capacidade de trabalhar em equipe, para então merecer a estabilidade de emprego que os quadros atuais já têm e que continuarão tendo", ressaltou Guedes. "Eles têm senioridade, experiência suficiente para avaliar os quadros mais jovens. Então, nossa reforma administrativa era basicamente isso", justificou o ministro.

Apesar do esforço de retórica de Guedes, o fato é que a reforma administrativa proposta pelo governo federal enfrenta sérias dificuldades no Congresso. Não há perspectiva de aprovação da PEC 32 este ano, quando faltam poucas semanas para o recesso de fim de ano.

Se depender do deputado federal Professor Israel (PV-DF), líder da Frente Parlamentar Mista da Reforma

Administrativa, a atual proposta não vai prosperar. A estratégia de dificultar a votação, utilizada na Comissão Especial a fim de impedir retrocessos, deverá continuar. "O governo perdeu o debate público. Não era uma reforma séria, que pretendia trazer melhoria. Era de caráter fiscal e enfraquecia o Estado no sentido de que ficaria muito submetido aos ventos da política eleitoral; permitiria a contratação de servidores por meio de análise curricular, processo simplificado, terceirização", enumerou o deputado. "Mostrou-se ruim ao longo do debate, não conseguiu convencer nem mesmo os parlamentares da base governista", salientou.

Israel vê uma descoordenação do governo em relação à proposta. Ele não crê em um esforço do Planalto e do Ministério da Economia para pautar o tema. As tentativas de Guedes, segundo o deputado, partem de uma falta de organização e credibilidade que são recorrentes na gestão de Bolsonaro. "Desencontrado, faz parte do conjunto de falas que faz sem consultar ninguém. A equipe técnica do Guedes contradiz o próprio Guedes e o presidente. Guedes contradiz o presidente. Bolsonaro não responde pelo próprio governo", criticou o parlamentar da Frente Parlamentar Mista da Reforma Administrativa.

Voz isolada

Especialistas também avaliam que Guedes está isolado em relação à reforma administrativa. "Uma coisa é ele pedir, outra coisa é o Congresso aprovar. Ele próprio reconhece. Ele está no papel dele, mas parece ser uma voz solitária no governo. É diferente de quando se compara o empenho com a PEC dos Precatórios", comenta Cristiano Noronha, cientista político da Arko Advice. Segundo ele, para aprovar a PEC dos Precatórios, "o governo envolveu ministros, escolheu o líder do governo para relatar a matéria. É claramente muito ostensivo o empenho do governo que não é o mesmo na reforma administrativa", acrescentou. "Se a Câmara não percebe o empenho do governo, então o negócio tem um andamento muito lento. Por que vai aprovar uma matéria que não tem certeza se vai avançar no Senado? Os parlamentares poderão se desgastar com o eleitorado de concursados, se não têm certeza do que acontecerá no Senado. Há uma resistência, primeiro, porque não vê o governo com um trabalho sistemático e colocando toda a energia", analisou.

José Luis Oreiro, professor do departamento de Economia da Universidade de Brasília (UnB) e

especialista em macroeconomia e desenvolvimento econômico, acredita que a reforma administrativa precisa ganhar mérito antes de voltar ao debate público. Na avaliação dele, a PEC fragiliza o vínculo do servidor público, visa substituir servidores do Estado por servidores de políticos.

"É consenso entre economistas que não sejam chapa branca que ela é muito ruim. É um retorno à República Velha. Os servidores contratados no novo regime ficarão na mão dos chefes das repartições, que serão ocupados por indicação política. Com isso, aumenta enormemente o espaço de ingerência política no Estado brasileiro. Acaba com a linha que divide o Estado do governo, construído em 90 anos, desde Getúlio Vargas", explicou.

Em compasso de espera

A reforma administrativa voltou a ser tema no Ministério da Economia, mas está longe de figurar como prioridade no Congresso Nacional. Enquanto a equipe de Paulo Guedes defende mudanças no funcionalismo — com muitas ressalvas dos

parlamentares — o presidente Jair Bolsonaro sinalizou a intenção de reajustar o salário dos servidores se houver espaço fiscal com a aprovação de PEC dos Precatórios. Saiba os principais pontos em debate e os atores envolvidos com a PEC 32/2020.

SERVIDORES

- Defendem o arquivamento da PEC 32/2020.
- Investiram cerca de R\$ 1 milhão em material de esclarecimentos à sociedade.
- Promoveram mais de 500 inserções na mídia digital para intensificar a mobilização e os atos de protesto.
- Acreditam que a categoria está mais unida, apesar das iniciativas do governo de ofertar privilégios a algumas categorias, como as carreiras típicas de Estado.
- Consideram positivo o apoio de deputados de centro e de centro-direita que se posicionaram contra o atual formato da reforma administrativa.

DEFENSORES DA REFORMA

- Cobram a redução imediata de gastos com servidores.
- Reivindicam a adoção de sistema meritocrático.
- Argumentam que as mudanças na administração aumentarão a produtividade.

BALANÇO DO TEXTO DA REFORMA APROVADO NA COMISSÃO ESPECIAL

PONTOS POSITIVOS

- Criação de diretrizes para gestão de desempenho, com critérios de desligamento do servidor efetivo. Todos os servidores passarão por avaliação periódica de desempenho.
- Formulação de diretrizes para gestão de temporários, o que deverá dar mais segurança jurídica para estados e municípios.
- Eliminação de distorções salariais e de benefícios para futuros servidores, incluindo aqueles com mandatos eletivos e membros dos Tribunais e Conselhos de Contas.
- Previsão de desligamento por obsolescência. Tal medida permitirá a criação de legislações que disciplinem esses temas para estados e municípios.
- Melhoria do estágio probatório, um avanço da proposta original de criação de um vínculo de experiência.
- Previsão de lei que regulamente a seleção para cargos comissionados.

PONTOS NEGATIVOS

- Tipificação de carreiras exclusivas de estado na Constituição.
- Não inclusão de juízes, militares e integrantes do Ministério Público na reforma. A proposta de mudanças tampouco se aplica aos servidores atuais.
- Não extinção de privilégios como licença remunerada para disputar eleição, aposentadoria vitalícia e duplo teto.
- Manutenção do Art. 37-A sobre cooperação entre entidades públicas e privadas, cuja redação e objetivo não estão claros.
- Aposentadoria integral e paridade aos servidores das carreiras de segurança pública que ingressaram antes da Emenda Constitucional nº 103/2019.
- Definição das guardas municipais como carreiras de natureza policial.
- Contratação por tempo determinado fragiliza o funcionalismo público, submetendo-o a pressões indevidas.
- A PEC não detalha os critérios para a perda do cargo por ter se tornado "desnecessário". Essa lacuna pode abrir brecha para perseguições.
- Aumento do espaço de ingerência política, pois a linha que separa Estado de governo será modificada.



Fontes: Fonacate, Servir Brasil, Frente Parlamentar Mista da Reforma Administrativa, analistas de mercado financeiro e entidades sindicais.

Após chamar de 'parasitas', Guedes diz que nunca ofendeu servidores

MANOEL VENTURA

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Guedes diz que país vai crescer mais de 5% este ano e faz defesa de auxílio

Rafael Vazquez e Murillo Camarotto

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187072?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187072?page=1§ion=1

Responsabilidade fiscal e coesão partidária - RICARDO MENDONÇA

RICARDO MENDONÇA

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187072?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187072?page=1§ion=1

Ibaneis Rocha apresenta pacote para aquecer a economia do DF



Novas propostas

O pacote foi dividido em três temas:

1 Refis 2021

- Programa que pretende beneficiar os detentores de dívidas elegíveis para o programa especial de regularização fiscal.

2 Convênio ICMS

- Isenção nas importações e operações com vacinas e insumos da vacina de covid-19
- Isenção para o medicamento destinado ao tratamento da atrofia muscular espinhal (AME)
- Isenção para absorvente
- Isenção para equipamentos de aproveitamento das energias solar e eólica
- Redução para óleo diesel e biodiesel a empresas de transporte público
- Isenção em produtos da cesta básica de materiais de construção
- Redução na devolução de bens, materiais ou peças com defeito
- Isenção na aquisição de equipamentos e insumos para o tratamento de pacientes renais
- Isenção em operações para instituições federais de ensino superior (Ifes) e hospitais universitários (IHUs)
- Isenção nas operações internas com produtos vegetais destinados a produção de biodiesel
- Isenção nas operações com embalagens de agrofitos usadas e lavadas
- Convênio de ICMS para concessão de crédito presumido na aquisição de energia elétrica e de serviço de comunicação
- Isenção para medicamentos destinados ao tratamento de câncer
- Isenção para aquisição de medicamentos pela administração pública
- Isenção às operações com equipamentos e insumos destinados à prestação de serviços de saúde
- Isenção nas operações com mercadorias ou bens destinados ou provenientes do exterior
- Isenção em operações com medicamentos para o tratamento de portadores do vírus HIV (AIDS)
- Isenção nas operações com medicamentos
- Convênio para equiparar à exportação o fornecimento de produtos para uso ou consumo de embarcações ou aeronaves estrangeiras aportadas no país
- Autoriza concessão semelhante no tratamento tributário do ICMS nas operações de órgãos da administração pública por meio dos Consórcios Brasil Control, Navires e Armadilha Legal
- Isenção na prestação de serviço de transporte realizada como prevenção e enfrentamento ao coronavírus
- Isenção nas operações com areia, brita, tijolo e telha de barro, como estímulo à construção civil

3 Demais impostos

- IPFU de 3% para imóveis comerciais em construção
- Isenção do IPTU às famílias para o sistema de saúde privado
- Redução do ITBI para 3% entre janeiro de 2022 e março de 2022
- Redução de ISS para 3% para hotéis e hostels
- Anistia de multas acessórias a empresas ativas no Cadastro Fiscal do DF a partir de 1º de março de 2020
- Restituição com moeda quando a compensação for inválida
- Isenção do IPTU e do TLP para associações de catadores de materiais recicláveis
- Portação em dobro do Nota Legal entre 10 e 24 de dezembro de 2021
- Prorrogação de sorteio semestral do Nota Legal
- Atribuição no Decreto ICMS (nota administrativa)
- Institui o Comitê de Grandes Eventos do DF (CGE-DF)



Samara Schwingel, Samanta Sallum

O Governo do Distrito Federal (GDF) anunciou o Pró-Economia 2 ? um pacote com 34 medidas para aquecer os setores produtivos de Brasília, nesta quarta-feira (25/11), em cerimônia no Palácio do Buriti. Agora, alguns pontos do projeto dependem da apreciação pela Câmara Legislativa (CLDF) para ser sancionados pelo governador Ibaneis Rocha (MDB). Entre as propostas estão a redução e a isenção de **impostos** e a reabertura do Programa de Incentivo à Regularização Fiscal (Refis). Para o empresariado, o pacote econômico repercutiu de forma positiva.

O Pró-Economia 2 prevê a redução do Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis (ITBI) para 1% entre janeiro e março de 2022 e a isenção do Imposto sobre

Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) para medicamentos, absorventes e vacinas, entre outros produtos. Após o lançamento, o secretário de Economia do DF, André Clemente, afirmou que as mudanças não devem ter grande impacto no recolhimento de **impostos e tributos**. "Abrimos mão daquilo que não temos e recuperamos o que necessitamos. Ainda não fechamos o ano, mas já temos um excesso de arrecadação de mais de R\$ 1,2 bilhão. Estamos fazendo isso com responsabilidade fiscal e transparência. Vai ajudar na recuperação da economia local e no aumento da nossa arrecadação. Assim, teremos mais recursos para investimentos na área social, por exemplo", destacou Clemente. Em maio, o Pró-Economia 1 foi lançado com 20 medidas.

Saiba Mais Diversão e Arte Partiu: Mirella está se mudando de casa que morava com Dynho Alves Cidades DF Compras no período de Natal valerão o dobro de pontos no Nota Legal Diversão e Arte Jessie J revela ter sofrido aborto espontâneo em post emocionante Brasil Trabalhadora que furou fila da vacina é demitida por justa causa "Temos, no DF, um governo de política liberal, que acredita e incentiva o desenvolvimento econômico da nossa capital. E, por isso, hoje, temos uma situação diferenciada do resto do país", avaliou o empresário Paulo Octávio que participou do anúncio. O presidente da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (Fecomércio-DF), José Aparecido Freire, avaliou que as medidas serão essenciais para que a economia sobreviva à crise da covid-19. "Importante esse momento de união entre GDF, Câmara e setor produtivo para superar este momento difícil que a pandemia nos trouxe. Essas medidas são muito positivas, pois, além de ajudar nosso setor, vão aumentar a arrecadação do Estado", argumentou.

O presidente da Federação das Indústrias do Distrito Federal (Fibra), Jorge Jamal Bittar, comemorou o pacote econômico elaborado Executivo local. "O GDF está agindo de forma inteligente. Ao reduzir **impostos**, vai conseguir arrecadar mais. Como, por exemplo, o ITBI. Muita gente vai poder pagar o que deve. Essas medidas são excepcionais", defendeu Bittar.

Regularização

O Refis 2021 vai abranger dívidas abertas no período de 2019 e 2020. Poderão ser renegociados os valores

de multas e de juros que incidem sobre o passivo. As que foram contraídas até 2012 poderão ter abatimento do valor principal. A expectativa de receita e de renúncia é de R\$ 377 milhões e R\$ 325 milhões, respectivamente, para 2022. O projeto deve atingir 90.785 pessoas jurídicas e 388.566 pessoas físicas. O valor total das dívidas elegíveis é de R\$ 30,8 bilhões. O GDF esperava que a adesão seja de R\$ 1,4 bilhão. Caso aprovado, assim que o prazo de adesão for aberto, os interessados poderão fazer a renegociação no site da Secretaria de Economia e disponibilizar os documentos pedidos.

O governador Ibaneis comemorou as medidas e destacou que o papel do governo é não atrapalhar o empresariado. "O governo é para pobre, rico basta não atrapalhar. É preciso dar condições para que as empresas possam crescer e, assim, gerar emprego e renda. Principalmente, às pequenas, que mais sofreram com a crise da pandemia. Todas essas medidas são importantes para a nossa retomada. E o Refis é uma delas", declarou. Para o chefe do Executivo local, a economia do DF anda bem e não há risco de grande instabilidade. "O sentimento é de que cada vez que reduzimos **tributos** ou facilitamos a vida do empresário e da população, a arrecadação vai aumentando. Criamos um ambiente de confiança, estabilidade, sem sustos", completou Ibaneis Rocha.

Próximos passos

O pacote foi apresentado, nesta quarta-feira (24/11), para o vice-presidente da CLDF, o distrital Rodrigo Delmasso (Republicanos). A intenção do Executivo é que o texto seja apreciado até dezembro para entrar em vigor no início de 2022. "A ideia é fazer uma força-tarefa dentro da Câmara para que o projeto seja votado logo", adianta Delmasso. Segundo ele, apesar de não haver uma data para a leitura em plenário, não há riscos de as medidas serem deixadas para o ano que vem. "Até 15 de dezembro, votamos tudo. Votar redução de **impostos** é fácil, difícil é aumentar", rebateu o deputado.

"Esse pacote de ações é uma esperança para os milhares de desempregados que precisam de trabalho", avaliou Delmasso. Dentro da Casa, o texto deve passar, primeiro, pela Comissão de Economia, Orçamento e Finanças (CEOF), presidida pelo deputado Agaciel Maia (PTC); depois, pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), com a presidência de Jaqueline Silva (PTB). Novas propostas O pacote foi dividido em três temas: Refis 2021 Programa que pretende beneficiar os detentores de dívidas elegíveis para o programa especial de regularização fiscal.

Convênio ICMS

Isonção nas importações e operações com vacinas e insumos da vacina de covid-19

Isonção para o medicamento destinado ao tratamento da Atrofia Muscular Espinhal (AME)

Isonção para absorvente

Isonção para equipamentos de aproveitamento das energias solar e eólica

Redução para óleo diesel e biodiesel a empresas de transporte público

Isonção em produtos da cesta básica de materiais de construção

Redução na devolução de bens, materiais ou peças com defeito

Isonção na aquisição de equipamentos e insumos para o tratamento de pacientes renais

Isonção em operações para Instituições de Federais de Ensino Superior (IFES) e Hospitais Universitários (HUs)

Isonção nas operações internas com produtos vegetais destinados à produção de biodiesel

Isonção nas operações com embalagens de agrotóxicos usadas e lavadas

Convênio de ICMS para concessão de crédito presumido na aquisição de energia elétrica e de serviço de comunicação

Isonção para medicamentos destinados ao tratamento de câncer

Isonção para aquisição de medicamentos pela administração pública

Isonção às operações com equipamentos e insumos destinados à prestação de serviços de saúde

Isonção nas operações com mercadorias ou bens destinados ou provenientes do exterior

Isonção em operações com medicamentos para o tratamento de portadores do vírus HIV (Aids)

Isonção nas operações com medicamentos

Convênio para equiparar à exportação o fornecimento de produtos para uso ou consumo de embarcações ou aeronaves estrangeiras aportadas no país

Autoriza concessão semelhante no tratamento tributário do ICMS nas operações de órgãos da administração pública por meio dos Consórcios Brasil Central, Nordeste e Amazônia Legal

Isenção na prestação de serviço de transporte realizada como prevenção e enfrentamento ao coronavírus

Isenção nas operações com areia, brita, tijolo e telha de barro, como estímulo à construção civil.

Demais **impostos**

IPTU de 1% para imóveis comerciais em construção

Isenção de ITCD às doações para o sistema de saúde privado

Redução do ITBI para 1% entre janeiro de 2022 e março de 2022

Redução de ISS para 3% para hotéis e hostels

Anistia de multas acessórias a empresas ativas no Cadastro Fiscal do DF a partir de 1º de março de 2020

Restituição em moeda quando a compensação for inviável

Isenção do IPTU e da TLP para associações de catadores de materiais recicláveis

Pontuação em dobro do Nota Legal entre 10 e 24 de dezembro de 2021

Previsão de sorteio semestral do Nota Legal

Alteração no Decreto RICMS (tinta automotiva)

Institui o Comitê de Grandes Eventos do DF (CGE-DF)

PEC trava Judiciário e transforma Brasil em país caloteiro, diz membro da OAB



Eduardo Cucolo

Eduardo Gouvêa, presidente da Comissão de Precatórios da OAB Nacional, afirma que a PEC dos Precatórios, em sua forma atual, é inconstitucional, vai travar o funcionamento do Judiciário e transformar o Brasil definitivamente em um país caloteiro.

Ele afirma que a solução para o problema que o governo classifica como um "meteoro" sobre as contas públicas é retirar essas dívidas do teto de gastos.

Diz ainda que o Senado tem a oportunidade de mudar o texto vindo da Câmara para criar ferramentas que permitam acabar com a própria existência dos precatórios, algo que só existe em países em que o governo, ao contrário dos contribuintes, não tem obrigação de pagar suas dívidas.

"Se criar uma situação em que o credor possa aderir com segurança jurídica, a gente consegue melhorar inclusive o cenário para o mercado financeiro, evoluindo para uma situação que culminaria com a destruição desse sistema perverso de precatórios que está aí para matar as pessoas na fila", afirma.

•

O governo escolheu os precatórios como despesa que será cortada para viabilizar diversas despesas dentro

do teto de gastos em 2022. Foi uma escolha equivocada? Quem será prejudicado? É uma escolha equivocada, porque decisão judicial não é despesa, é dívida, e dívida tem de ser paga. É uma interferência entre Poderes. Os grandes prejudicados são o Judiciário e os credores do Estado, que vão deixar de receber créditos transitados em julgado, muitas vezes há décadas, e que vão para uma fila sem a menor ideia de quando serão pagos.

A Comissão de Precatórios apontou diversas inconstitucionalidades na PEC. Quais os principais problemas? São as duas cláusulas pétreas, a separação dos Poderes e os direitos e garantias individuais. Você vai ao Judiciário, vence uma ação, tem uma sentença transitada em julgado com prazo e valor a ser pago. Não fazê-lo da forma determinada pelo Judiciário é um ferimento de uma cláusula pétrea da Constituição, que são os direitos e garantias individuais. E você está atuando contra o Judiciário. Há uma interferência do Legislativo, porque está mandando descumprir uma decisão judicial.

Vocês pretendem acionar o STF (Supremo Tribunal Federal) se a norma for aprovada na forma como está hoje? Inclusive com pedido de liminar para suspender imediatamente. Tão ruim quanto manter a emenda em vigor é demorar para julgar a inconstitucionalidade. Se o Supremo não se posicionar rapidamente, suspendendo alguns desses dispositivos que são muito graves, de se criar uma fila interminável, de se passar na frente certos tipos de crédito em detrimento de outros, já teremos um problema de proporções muito graves.

A OAB listou uma série de tentativas de adiar esses pagamentos. O STF deve se posicionar novamente contra? O Supremo sempre se posicionou pela inconstitucionalidade de qualquer alteração nas condenações judiciais, seja por moratória, seja por impor compensações obrigatórias a credores de precatórios. Modificar o que foi determinado em juízo é inconstitucional. Esta nova iniciativa é muito pior do que as outras. Se o Supremo não permitiu parcelamento de precatórios, nem nas disposições transitórias, não vai permitir isso no corpo da Constituição, o que seria determinar que o Brasil passa a ser um país caloteiro definitivamente.

Uma das discussões no Senado é a possibilidade de

se fazer uma auditoria dos precatórios. É uma boa iniciativa? É mais uma forma de tentar interromper o cumprimento de decisões judiciais. Essa auditoria não faz o menor sentido, porque as decisões passaram sob crivo do Judiciário em várias instâncias e, ao final, foram conferidas pelos presidentes dos tribunais, sejam estaduais, federais, o Supremo ou o STJ (Superior Tribunal de Justiça). Não faz sentido auditar uma coisa que já foi transitada em julgado.

A Justiça teria dificuldade de administrar a fila que vai se formar? O Judiciário vai deixar de funcionar definitivamente. Na maior parte dos processos, o poder público está de um lado, do outro ou dos dois. Hoje, o Judiciário administra o passivo judicial de 24 estados e cerca 1.000 municípios [inadimplentes com precatórios]. Se colocar para dentro todos os municípios, estados e a União, aí não vai dar conta. O Judiciário vai se transformar em um mero carimbador de processo, porque, no final das contas, ninguém vai pagar.

E do jeito que está posta a emenda, com o Fundef/Fundeb furando a fila, é impraticável. Todos os precatórios têm de ser expedidos até 1º de julho de um ano para entrar no Orçamento do ano seguinte. Vai mandar todos os juízes esperarem e, em 1º de julho, quando sair o Fundeb, se tiver um limite, os juízes terão de expedir tudo no mesmo dia? Isso não faz sentido nenhum.

A PEC também vai mexer com estados e municípios? Obviamente, os municípios e estados que puderem vão acessar. Por que o prefeito vai pagar precatório se a Constituição diz que ele não precisa?

Vocês fizeram sugestões de compensações para viabilizar o recebimento dessas dívidas que entraram no projeto, como quitação de débitos e compra de ativos do governo, mas isso entrou como obrigação e não opção para o credor. O governo não pode impor a compensação aos credores. Agora, se criar um programa alternativo de liquidação, não só de precatórios, mas que não permita nem que os precatórios sejam expedidos.. A pessoa que tem um crédito para receber que ainda não virou precatório tem uma incerteza com relação ao prazo. Essa pessoa ou empresa está mais suscetível a querer antecipar esse crédito, via desconto, pagamento de **impostos** atrasados, venda no mercado financeiro, qualquer que seja a solução.

Quais as alternativas que o governo teria para resolver a questão do aumento da despesa com precatórios em 2022? Dinheiro para pagar a União tem. O problema é o teto. A primeira ação que resolveria o problema do governo hoje e não teria ninguém para se opor é excluir a rubrica precatório do teto de gastos. Decisão

judicial não pode se submeter a qualquer limitação. Tirou do teto a dívida de precatório, equiparou ela à dívida mobiliária, que também não está no teto, estaria resolvido esse problema.

O que aumentou de precatório de um ano para o outro, o grande susto, foram R\$ 40 bilhões. Isso é 0,7% da dívida pública mobiliária do Brasil. São 0,7% para manter um país sério, que paga suas dívidas judiciais, e não provocar uma bola de neve, não destruir as finanças públicas. É um custo muito baixo.

O Senado ainda pode melhorar o texto? A PEC pode ficar melhor pelo filtro do Senado. As conversas com os senadores estão sendo produtivas. Discussões sobre tirar os alimentares, tirar o Fundef do teto, começaram a partir daí. Se não aprovar a PEC, melhor. Aprovando, há vantagem se tirar os precatórios do teto de gastos. É uma demanda importante nossa agora. Senão, todo ano vai ter essa discussão.

Em tese, nem precisava de uma PEC para dizer que o governo pode negociar para pagar com deságio. E temos a transação tributária, pode incluir precatório no Refis, tem várias ferramentas que são lei ordinária. Precisamos resolver isso e permitir que o governo tenha mais força para fazer a administração do estoque que ainda não virou precatório. Tem um grande ganho para o governo, que já percebeu isso.

Se criar uma situação em que o credor possa aderir com segurança jurídica, a gente consegue melhorar inclusive o cenário para o mercado financeiro, evoluindo para uma situação que culminaria com a destruição desse sistema perverso de precatórios que está aí para matar as pessoas na fila.

O precatório é um problema brasileiro? Como isso funciona em outros lugares do mundo? O problema do precatório é o próprio precatório. Se você acabasse com ele, usar o princípio constitucional da isonomia, de que o credor tem o mesmo direito e as mesmas obrigações que o devedor, a gente não estava discutindo isso. Todo mundo teria recebido um valor menor lá atrás, não entraria em uma fila de 20 anos, e o débito não cresceria tanto. A grande solução é acabar com esse sistema todo. No mundo inteiro as dívidas judiciais do poder público são pagas. Transitou em julgado, o juiz manda intimar. Intimou, deposita e libera o dinheiro para o credor.

O governo já falou diversas vezes que existe uma indústria do precatório. Como o senhor vê a questão? O que existe no Brasil é uma indústria do poder público de descumprir a lei e a Constituição e de causar prejuízo ao cidadão e às empresas. Quem causou isso foi o poder público, governadores,

prefeitos e presidentes que não quiseram pagar suas dívidas. O que eles chamam de super precatórios eu chamo de super lesões ao patrimônio público. Se for analisar o quanto isso custou para os entes públicos, quantas vezes deixaram de pagar uma pensão corretamente e quantas foram para a Justiça, foi um número muito menor. Valeu, entre aspas, causar essa lesão, e esse é o grande problema. Conheço famílias que se destruíram por causa dessas ações judiciais, que ficaram esperando, achando que iam receber, aí vinha mais um recurso, e depois de 40 anos, o bisneto recebeu o crédito.

É um sistema destrutivo. Você vai tirando riqueza e enterrando ela no Judiciário. Por isso a compensação é uma grande solução. Ela desenterra a riqueza dos dois lados, tanto do poder público que consegue deixar de pagar uma dívida, quanto do credor privado que consegue receber. É a grande oportunidade que pouca gente está vendo.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49740&anchor=6445926&pd=effce150f8bc7ef4ffddbbae9e6075540>

Arrecadação federal interrompe em outubro sequência de recordes

Bernardo Caram

A **Receita Federal** teve arrecadação de R\$ 178,7 bilhões em outubro, o que representa um crescimento de 4,9% acima da **inflação**. Embora positivo, o resultado interrompeu uma sequência de recordes do indicador.

O dado, divulgado nesta quarta-feira (24), é o segundo maior para o mês na série histórica desde 1995. Em termos reais, o número de 2016 foi o melhor já registrado, com o patamar de R\$ 188,4 bilhões.

Dos dez primeiros meses de 2021, apenas janeiro, junho e, agora, outubro não apresentaram recorde histórico.

Mas o acumulado de janeiro a outubro ainda é o maior da série, com arrecadação federal de R\$ 1,527 trilhão.

O secretário da Receita, José Barroso Tostes Neto, explicou que o resultado do último mês só foi inferior ao de 2016 porque naquele ano houve arrecadação concentrada do regime especial de regularização cambial e tributária, que gerou um ganho extraordinário de R\$ 46 bilhões.

"Mantido esse nível de desempenho, a arrecadação tributária federal em 2021 deverá ser a maior registrada até hoje em qualquer ano. Um dos maiores efeitos desse excelente desempenho é a sua contribuição determinante para o restabelecimento do equilíbrio fiscal", disse.

Acrescentou que o dado do mês passado só não foi melhor pelo alto impacto das compensações tributárias, usadas por empresas para recuperar ou usar créditos de **impostos**.

"Esses resultados muito bons de outubro poderiam ser ainda melhores se não fosse um aumento expressivo das compensações tributárias. As compensações foram de R\$ 24 bilhões em outubro." A trajetória das receitas do governo teve forte alta após o arrefecimento da pandemia, também impulsionada pela alta da **inflação**, por causa da incidência de **impostos** sobre o valor nominal dos produtos.

Mas a partir de julho o ritmo de crescimento começou a perder força. O pico de alta acumulada em 12 meses

foi de 26% em julho, caindo para 23% em agosto, 22% em setembro e 20% em outubro.

Em entrevistas recentes, o ministro Paulo Guedes (Economia) tem dito que a economia teve recuperação em "V" e que agora deve ser observada desaceleração, diminuição no ritmo de crescimento.

Em outubro, partidos indicadores pesou negativamente na arrecadação. Apesar de uma forte alta no valor em dólar das importações (46%) e de crescimento no valor das notas fiscais eletrônicas emitidas (16,8%), houve um recuo de 4,8% na produção industrial e uma queda de 4,2% na venda de bens.

No recorte por tipo de tributo, a maior alta foi no Imposto de Renda de empresas e Contribuição Social sobre Lucro Líquido, com alta de R\$ 9,5 bilhões, o equivalente a 26,9%.

O segundo maior crescimento foi de R\$ 3,8 bilhões na conta do IOF. A alta percentual de 350%. A diferença se explica pelo aumento da alíquota desse tributo a partir de setembro deste ano, com o objetivo de financiar programas sociais, além da redução desse mesmo imposto em 2020 para baratear o crédito durante a pandemia.

Na ponta negativa da tabela, houve um recuo de 15,9% na arrecadação de PIS e Cofins, além de uma queda de 14,5% nas receitas previdenciárias.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49740&anchor=6445926&pd=effce150f8bc7ef4ffddbae9e6075540>

Bolsonaro nega drible na LRF

Matheus Schuche, Raphael Di Cunto

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187072?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187072?page=1§ion=1

Ausência de rumos nas mudanças em combustíveis (Artigo)

Helder Pinto e Marcelo Colomer

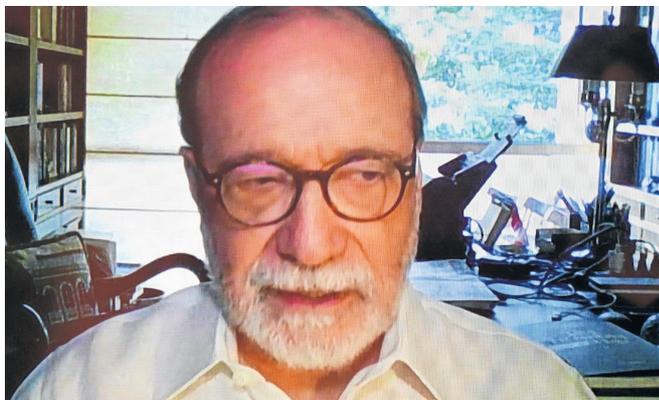
Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187072?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187072?page=1§ion=1

"A PEC é uma coisa desastrosa"



Denise Rothenburg GABRIELA CHABALGOITY*

A PEC dos Precatórios é necessária?

De forma alguma. O texto da PEC é uma coisa desastrosa, faz alteração em mais de 50 dispositivos da Constituição. A Constituição virou uma portaria. As emendas que têm sido aprovadas são da pior qualidade possível. Fora esse aspecto técnico, eu posso dizer que precatórios já estão em projetos de lei orçamentária. O problema não é o precatório, é que estão fazendo outras despesas, e está sendo usado o argumento da inviabilidade do problema dos precatórios. Para distribuir o Auxílio Brasil, não precisa nem parcelar nem adiar o pagamento de precatório nem furar o teto de gastos. Não tenho a menor dúvida de que o governo está usando o Auxílio Brasil como desculpa para conseguir ampliar os seus gastos.

Quais emendas constitucionais o senhor considera absurdas?

A PEC Emergencial, que se converteu em uma emenda constitucional e tem todas as coisas inconsistentes entre si. Diz que precisa fazer uma redução a 2% das renúncias fiscais, mas não define o que é renúncia fiscal e, quando vai dizer, menciona alguns tipos de regimes como a imunidade das entidades filantrópicas, que não podem ser utilizadas para essa redução, mas nem um nem outro possui renúncia fiscal, porque isso decorre de uma aplicação institucional.

O governo alega não ter recursos para pagar o Auxílio Brasil e que precisa da PEC. O que o Executivo deveria fazer, se não fosse essa proposta?

Uma solução é o encontro de contas públicas. A dívida ativa é a que o contribuinte tem para com a Fazenda Pública. O precatório é um crédito particular ou de um

ente público contra a Fazenda Pública. Os dois têm o mesmo nível de certeza em liquidez, por que não fazer um encontro de contas? Fizemos isso no Distrito Federal. Para fazer isso, basta uma singela medida provisória.

Dizem que o dinheiro da PEC vai ajudar a pagar emendas do relator. Elas são legais?

É uma emenda dissimulada. Existe uma ordem do Supremo Tribunal Federal (STF) sustando o pagamento dessas emendas porque elas estabelecem uma forma de gestão da coisa pública e de negociações que, muito frequentemente, resultam em corrupção, a quebra de princípios federativos. É um sintoma do atraso institucional brasileiro.

Como avalia o governo até agora, em relação aos compromissos fiscais, com a alta da **inflação** e dos combustíveis?

Em relação aos aspectos fiscais, é muito descuidado. A alta dos combustíveis decorre de uma junção de fatores complexos, de câmbio, da elevação de preços do barril do petróleo e da política de preços da Petrobras. Em 2001, houve uma mudança constitucional que envolvia a liberação da importação de combustíveis no Brasil, antes monopólio da Petrobras. Foi feita uma emenda constitucional que estabelecia as chamadas Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico, que tinha uma regra permitindo a formação de um colchão, de tal sorte que, quando o preço do Petróleo subia, ela descia. Isso forma um colchão de arrecadação que poderia equalizar os preços no mercado consumidor. Em 2003, se acabou com esse colchão e, agora, esse discurso de que precisamos ter um colchão para enfrentar a grande variação nos preços do petróleo, mas nós tínhamos isso e jogamos fora.

O senhor vê saída, a curto prazo, para essa crise fiscal?

A curto prazo, acho que existe uma saída: uma reza forte para que o ano de 2022 passe depressa. Prepare-se para grandes emoções. Nós vivemos continuamente riscos fiscais e cambiais, com repercussão na **inflação** e no desemprego. Esses fatos são vistos no dia a dia. É preciso que quem esteja à frente da condução da política econômica e fiscal seja comprometido com a resolução desse problema.

O ministro da Economia, Paulo Guedes, é descompromissado?

Não tenho condição de julgador, nem do ministro nem do presidente. Estou apontando os fatos como eles são.

As reformas devem ocorrer só em 2023?

A primeira reforma que deve acontecer é a das instituições. É preciso uma reforma do Estado, reforma do processo, não só jurídico, mas deliberativo.

*Estagiária sob a supervisão de Cida Barbosa

Na rota da transformação digital



Iuana Patriolino

O agro agora é tech. O campo vive a era da transformação digital e, para continuar como uma das principais forças motrizes da economia brasileira, o setor tem investido na agricultura 4.0. O termo é usado para definir o agronegócio com o uso de tecnologia de última geração. São equipamentos tecnológicos como softwares, robótica, sistema de posicionamento global (GPS), drones e outras ferramentas para reduzir os custos e aumentar os lucros da produção rural. Para debater sobre os mais recentes progressos na área, o Correio, por meio do CB Fórum Live, reuniu autoridades, especialistas e representantes do setor, em um painel sobre o programa Agro 4.0, da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI).

A iniciativa foi transmitida ao vivo, ontem, pelas redes sociais do jornal ? Facebook, Twitter e YouTube.

O deputado federal Alceu Moreira (MDB-RS), membro da Frente Parlamentar da Agropecuária, destacou a importância do agronegócio na economia do país. "Três décadas atrás, o agricultor era visto nos centros urbanos como uma figura esquisita. O novo veio da roça. O que tem de inovação, tecnologia, o que realmente anda no espaço competitivo, o que desperta interesse geoeconômico e geopolítico mundial é o agro", apontou.

Esta edição do programa Agro 4.0, desenvolvido pela Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), reuniu 14 projetos-piloto. Os trabalhos abordam desde o uso de robótica no revolvimento de grãos de café até a aplicação de inteligência artificial para monitorar o desempenho individual e diário do gado confinado e ajudar na tomada de decisões.

Alceu Moreira lembrou que o Brasil é um dos protagonistas do setor. "Hoje, se qualquer chefe de Estado, em qualquer lugar do mundo, quiser ter certeza da segurança alimentar dos seus povos daqui 20 anos, terá que separar uma cadeira para o Brasil sentar. É o único tema de referência em que nós estaremos obrigatoriamente incluídos na discussão", ressaltou.

Após a abertura, os painéis com os especialistas trataram de temas como internet, sensoriamento remoto, inteligência artificial e robótica. A mediação foi feita pelo editor-executivo do Correio, Vicente Nunes.

Mercado em ascensão

O agronegócio representa quase 25% do **PIB** brasileiro. Durante a pandemia, o setor não parou e teve que se adaptar a um menor contingente de trabalhadores. Foi preciso, então, se reinventar.

A agricultura 4.0 trabalha com a utilização de máquinas, veículos autônomos, drones, robôs e sensores em animais e plantas. Informações podem ser recolhidas e enviadas para uma nuvem, onde formam um valioso banco de dados que permite uma tomada de decisão muito mais precisa. Esse sistema é conhecido como agricultura inteligente ou smart agriculture, e tem ganhado atenção de produtores e investidores.

O agro deverá crescer exponencialmente e se consolidar cada vez mais como o grande propulsor da economia brasileira. Na avaliação do deputado Alceu Moreira, o Congresso Nacional tem papel fundamental em estimular esse mercado, principalmente na questão de desburocratização de normas. "Precisa preocupar-se com a facilitação do mundo dos negócios. Precisamos perceber que estamos em dois lados desse processo, além da regulação da legislação para tirar a pessoa do passivo social da desinformação", observou.

Moreira acredita que o leilão das frequências do 5G, feito para atender áreas distantes, deve beneficiar o agronegócio. "O nosso produtor, de qualquer tamanho, vai ter direito a igualdade de oportunidades, porque essa é a maior igualdade que podemos ter no Brasil: igualdade de oportunidades", ressaltou.

PEC incentiva irresponsabilidade (Editorial)

Correio Braziliense

A Proposta de Emenda Constitucional (PEC) dos Precatórios abriu, definitivamente, as portas para a farra fiscal em 2022, ano em que o presidente Jair Bolsonaro se candidatará à reeleição. Relatório da PEC apresentado ontem pelo líder do governo no Senado, Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), conseguiu piorar o que já era ruim, sobretudo por fragilizar uma das maiores conquistas do país na área econômica: a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

O senador diz que o que está se propondo é uma exceção na LRF, ao não se definir as fontes de financiamento para o Auxílio Brasil de R\$ 400, que se tornará permanente. Essa pedalada seria resolvida ao longo do ano que vem com a votação de um projeto de lei para vincular receitas ao programa social a partir de 2023. Pelas regras fiscais, é crime criar despesas sem apontar de onde virão os recursos para financiá-las.

De início, o governo propôs que o Auxílio Brasil fosse provisório, pago até dezembro de 2022, dois meses depois das eleições presidenciais. A meta do Palácio do Planalto é usar esse programa social para alavancar a popularidade de Bolsonaro, que está em queda. Com esse desenho, a PEC dos Precatórios foi aprovada na Câmara dos Deputados, depois de uma distribuição bilionária de verbas a parlamentares por meio do orçamento secreto.

No Senado, porém, a PEC está envolta em uma série de questionamentos, a começar pelo estouro do teto de gastos e pela necessidade de o país ter um programa social efetivo, já que o Bolsa Família, que vigorou com excelentes resultados por 18 anos, foi extinto. Na tentativa de dobrar os senadores resistentes, o Planalto abriu uma negociação por meio de Bezerra. E surgiu a proposta de que o Auxílio Brasil seja permanente, mas sem apontar, de imediato, de onde virá o dinheiro necessário para bancá-lo. Um absurdo, ainda que todos reconheçam a importância de se ter um programa social perene.

Para parlamentares e técnicos do Congresso Nacional, o Senado deve dizer não à PEC do jeito que ela está, pois o parecer de Bezerra carimbou apenas parte da folga que será aberta no Orçamento para o pagamento do Auxílio Brasil. No total, a PEC libera um espaço de R\$ 106,1 bilhões no Orçamento de 2022. Desse total, 60% serão destinados para os R\$ 400 por beneficiário do Auxílio; despesas com saúde, Previdência e assistência social e o cumprimento de

limites do teto de gastos (regra que impede que as despesas cresçam em ritmo superior à inflação).

O parecer da PEC prevê, ainda, o adiamento de parte do pagamento de precatórios, dívidas judiciais que o governo é obrigado a pagar depois de condenações judiciais. Em vez de quitar tudo em 2022, Bezerra propõe que se jogue para frente R\$ 43,8 bilhões. Esse volume de recursos, então, ficará livre no Orçamento, pois não se colocou um carimbo nele para evitar gastos sem critérios. Ou seja, a bolada poderá ser usada como o governo quiser, inclusive aumentando emendas para os parlamentares. Isso, somado aos R\$ 35 bilhões previstos anteriormente para o Bolsa Família.

Quem conhece os meandros do Congresso e do governo sabe que dinheiro no Orçamento não tem cor. Pode-se fazer remanejamentos de verbas de acordo com os interesses políticos? tudo o que o Planalto quer. É importante ressaltar que o descontrole fiscal afeta, principalmente, quem o governo quer proteger com o programa social, pois a consequência será mais inflação. Portanto, em vez de estripulias fiscais, os envolvidos com a PEC dos Precatórios devem dar exemplo, cortar despesas, inclusive com emendas, e adotar uma política social sólida. Esse é o caminho. Não atalhos eleitoreiros.

Por uma política social sólida (Editorial)

A Proposta de Emenda Constitucional (PEC) dos Precatórios abriu as portas para a farra fiscal em 2022. Relatório da PEC apresentado ontem pelo líder do governo no Senado, Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), conseguiu piorar o que já era ruim, sobretudo por fragilizar uma das maiores conquistas do país na área econômica: a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

O senador diz que o que está se propondo é uma exceção na LRF, ao não se definir as fontes de financiamento para o Auxílio Brasil de R\$ 400, que se tornará permanente. Essa pedalada seria resolvida ao longo do ano que vem com a votação de um projeto de lei para vincular receitas ao programa social a partir de 2023. Pelas regras fiscais, é crime criar despesas sem apontar de onde virão os recursos para financiá-las.

De início, o governo propôs que o Auxílio Brasil fosse provisório, pago até dezembro de 2022, dois meses depois das eleições presidenciais. A meta do Palácio do Planalto é usar esse programa social para alavancar a popularidade de Bolsonaro, que está em queda. Com esse desenho, a PEC dos Precatórios foi aprovada na Câmara dos Deputados, depois de uma distribuição bilionária de verbas a parlamentares por meio do orçamento secreto.

No Senado, porém, a PEC está envolta em uma série de questionamentos, a começar pelo estouro do teto de gastos e pela necessidade de o país ter um programa social efetivo, já que o Bolsa Família, que vigorou por 18 anos, foi extinto. Na tentativa de dobrar os senadores resistentes, o Planalto abriu uma negociação por meio de Bezerra. E surgiu a proposta de que o Auxílio Brasil seja permanente, mas sem apontar, de imediato, de onde virá o dinheiro necessário para bancá-lo. Um absurdo, ainda que todos reconheçam a importância de se ter um programa social perene.

Para parlamentares e técnicos do Congresso Nacional, o Senado deve dizer não à PEC do jeito que ela está, pois o parecer de Bezerra carimbou apenas parte da folga que será aberta no Orçamento para o pagamento do Auxílio Brasil. No total, a PEC libera um espaço de R\$ 106,1 bilhões no Orçamento de 2022. Desse total, 60% serão destinados para os R\$ 400 por beneficiário do Auxílio; despesas com saúde, Previdência e assistência social e o cumprimento de limites do teto de gastos (regra que impede que as despesas cresçam em ritmo superior à **inflação**).

O parecer da PEC prevê, ainda, o adiamento de parte

do pagamento de precatórios, dívidas judiciais que o governo é obrigado a pagar depois de condenações judiciais. Em vez de quitar tudo em 2022, Bezerra propõe que se jogue para frente R\$ 43,8 bilhões. Esse volume de recursos, então, ficará livre no Orçamento, pois não se colocou um carimbo nele para evitar gastos sem critérios. Ou seja, a bolada poderá ser usada como o governo quiser, inclusive aumentando emendas para os parlamentares. Isso, somado aos R\$ 35 bilhões previstos anteriormente para o Bolsa Família.

Quem conhece os meandros do Congresso e do governo sabe que dinheiro no Orçamento não tem cor. Pode-se fazer remanejamentos de verbas de acordo com os interesses políticos. É importante ressaltar que o descontrole fiscal afeta, principalmente, quem o governo quer proteger com o programa social, pois a consequência será mais **inflação**. Portanto, em vez de estripulias fiscais, os envolvidos com a PEC dos Precatórios devem dar exemplo, cortar despesas, inclusive de emendas, e adotar uma política social sólida. Esse é o caminho.

frases

"

O que eu quero com isso?

Não é discutir o período militar.

É começar a história do zero

Jair Bolsonaro, presidente da República, ao reiterar críticas ao Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e observar que a prova esta mudando aos poucos

As vacinas salvam vidas, mas não evitam totalmente a transmissão da COVID-19

Centro Europeu para Prevenção e Controle de Doenças, ao alertar que a União Europeia precisa adotar, "urgentemente", medidas de combate à nova onda da COVID-19

Site: <https://digital.em.com.br/estadodeminas>

Juros e inflação em alta elevam custo da dívida pública

A persistência da **inflação** em patamar elevado e a alta das taxas de **juros** estão gerando impacto negativo sobre o gasto do governo com a gestão da dívida pública. No mês de outubro, foi registrada uma piora no custo de emissão dos títulos públicos brasileiros, subindo de uma taxa média de 6,9% ao ano para 7,5% ao ano, informou o Tesouro Nacional nesta quarta-feira (24).

Motivado por um expressivo montante de resgates de títulos, o estoque da dívida pública federal apresentou um recuo de 1,29% em outubro. O total foi de R\$ 5,443 trilhões em setembro, recuando para R\$ 5,373 trilhões no encerramento do mês passado, o que representou uma redução de R\$ 70 bilhões.

No mês, houve um resgate total de R\$ 272,3 bilhões em títulos, o segundo maior da série histórica iniciada em 2004, perdendo apenas para o volume que havia sido observado em abril deste ano (R\$ 330 bilhões). O volume de emissões ficou em R\$ 146,4 bilhões. Com isso, o saldo foi de um resgate líquido de R\$ 125,8 bilhões.

Esse movimento é explicado, principalmente, pelo grande volume de títulos prefixados que venceram em outubro, um total de R\$ 268 bilhões, enquanto as emissões desses mesmos papéis somaram R\$ 45 bilhões no mês.

De acordo com o coordenador-geral de Operações da Dívida Pública, Luis Felipe Vital, a elevação no custo de emissão dos títulos está relacionada a fatores que pesam sobre os indexadores da dívida. Como os títulos públicos têm remuneração atrelada à **inflação** e à Selic, além de serem impactados pelos **juros** de mercado, o efeito da movimentação desses indicadores sobre o custo da dívida é direto.

"O aumento [no custo de emissão] é respondido pelo movimento de juros, não só da Selic, como de toda a curva de juros. Isso contribui para que o custo médio das emissões aumente", disse. BC.

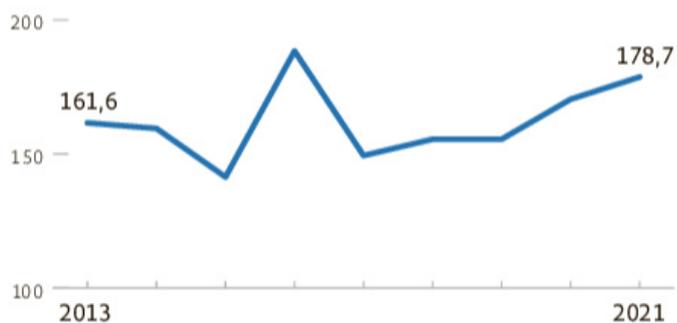
Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49740&anchor=6445926&pd=effce150f8bc7ef4ffddbbae9e6075>

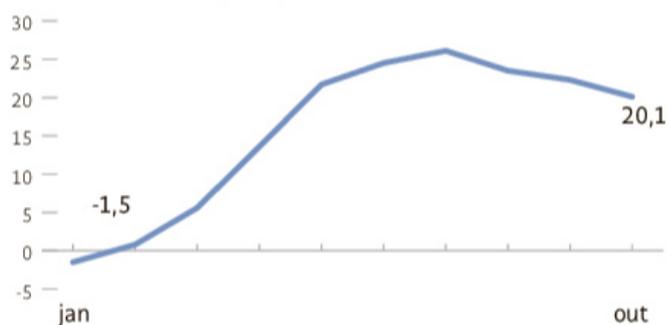
540

Arrecadação tem outubro positivo, mas perde intensidade

Receita total para meses de outubro, em R\$ bilhões (IPCA)

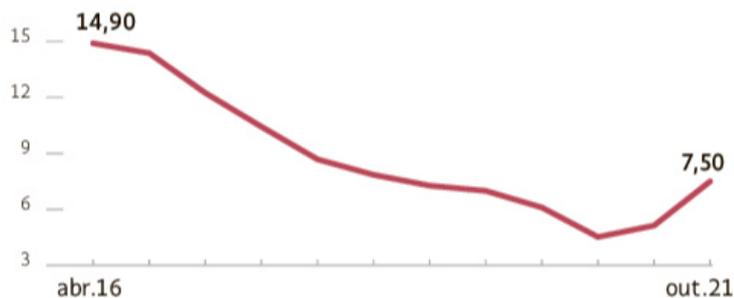


Evolução da arrecadação acumulada em 2021 contra 2020, em % (IPCA)



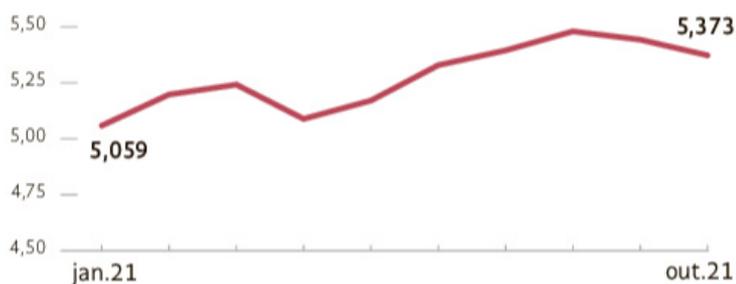
Custo médio de emissão dos títulos da dívida retoma trajetória de alta

Em % ao ano



Estoque da dívida pública federal

Em R\$ trilhões



Fontes: Receita Federal e Tesouro Nacional

Aqui jaz a responsabilidade fiscal (Editorial)

De todos os absurdos que o governo de Jair Bolsonaro executou nos últimos anos, chama a atenção em particular a desfaçatez com que regras fiscais consagradas foram rasgadas sem qualquer cerimônia.

Com a desculpa de abrir espaço no Orçamento para socorrer a população mais carente, o Executivo apresentou a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) dos Precatórios para acabar com o teto de gastos e institucionalizar o calote nas dívidas já reconhecidas pela Justiça.

Não satisfeito, foi além e decidiu ignorar um dos maiores pilares econômicos do País: a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Segundo o parecer do líder do governo no Senado, Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), relator da PEC, o Auxílio Brasil vai se transformar em uma despesa permanente no Orçamento mesmo sem ter uma fonte de receitas para financiá-lo, algo expressamente proibido pela LRF, que exige compensação para aumento de gastos dessa natureza. Com piso de R\$ 400, o benefício vai alcançar 50 milhões de pessoas, quase um quarto da população.

Os recursos que vão irrigar essa política no próximo ano virão do sublimite ao pagamento dos precatórios e do drible no teto, cuja regra de cálculo foi modificada na tentativa de angariar votos para a reeleição do presidente Jair Bolsonaro.

Para 2022, foi aberta uma "folga" de R\$ 106,1 bilhões no Orçamento, dos quais R\$ 51,1 bilhões serão destinados ao programa, segundo o Ministério da Economia.

A partir de 2023, ninguém sabe como essa conta será paga.

A desculpa oficial é que esse problema é temporário, uma vez que o governo conta com a aprovação da reforma do Imposto de Renda (IR) para obter recursos definitivos para o novo programa.

O discurso, reverberado pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, e pelo presidente da Câmara, Arthur Lira (PPAL), é o de que a tributação sobre lucros e dividendos de pessoas jurídicas será a solução para o imbróglia.

Não é o que pensa o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG).

Embora a reforma do IR tenha sido aprovada na Câmara, as chances de o texto avançar neste ano são, no mínimo, remotas e, no ano que vem, praticamente impossíveis. O relator, senador Angelo Coronel (PSD-BA), disse ao Estado que sua prioridade é atualizar a tabela do Imposto de Renda de pessoas físicas - algo que, por sinal, pode ser feito por decreto.

Assim, depois de acabar com o Bolsa Família, um programa consolidado e elogiado por especialistas, o governo prossegue no caminho de destruição de políticas públicas, agora sem nem mesmo ter fonte de recursos para o benefício social que pretende ser uma bandeira da gestão de Jair Bolsonaro. Para isso, defende mais um drible fiscal e a interpretação segundo a qual uma PEC prevalece sobre uma lei.

O texto sugerido por Bezerra Coelho na PEC estabelece que os limites e condições para atender ao Auxílio Brasil serão determinados por lei até 31 de dezembro de 2022. Esse projeto, por sua vez, não precisará cumprir limitações legais quanto à criação ou aperfeiçoamento de programa que acarrete aumento de gastos.

Na prática, portanto, o Auxílio Brasil ficará fora do escopo da Lei de Responsabilidade Fiscal. De acordo com o senador, a intenção é cumprir a LRF no que for "aplicável". A votação na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado ficou para o dia 30 de novembro.

No mercado, a manobra não surpreendeu.

A dúvida que remanesce é até onde irão as aventuras populistas do governo.

O resultado é bolsa em queda, juros elevados e real desvalorizado. Não bastasse o erro, o Congresso ainda trabalha para fixá-lo de forma permanente na Constituição.

Em um governo que se diz liberal na economia, a contribuição direta para o descontrole da **inflação** e do gasto público deveria ser motivo de vergonha.

Além de desancorar as expectativas, a PEC dos Precatórios vai retroalimentar uma espiral perversa que deve transformar as dívidas judiciais da União em uma bola de neve para o próximo presidente.

É bom lembrar que Dilma Rousseff foi defenestrada da

Presidência por ignorar a responsabilidade fiscal com manobras e truques que parecem amadores perto do que o governo atual pretende fazer.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Governo tenta acelerar, mas PEC dos Precatórios pode ficar para dezembro

**GERALDA DOCA, FERNANDA TRISOTTO, Manoel
Ventura**

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Auxílio: relator desiste de reajuste automático

FERNANDA TRISOTTO E GABRIEL SHINOHARA

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Preço dos combustíveis deve continuar pressionado em 2022

André Ramalho e Gabriel Vasconcelos

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187072?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187072?page=1§ion=1

Política fiscal à deriva exige missão impossível do BC (Editorial)

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187072?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187072?page=1§ion=1